



Economia Angolana

OGE 2024 prevê equilíbrio das contas públicas

Crescimento económico deverá acelerar em 2024, mas ficar abaixo do potencial
A proposta do OGE 2024 pressupõe que o crescimento do PIB acelere para 2,8% (face a uma estimativa de crescimento revista em baixa de 0,3% este ano), com a actividade no sector petrolífero a permanecer negativa (-2,5%) e o sector não petrolífero a registar um melhor desempenho (4,6%). A inflação homóloga deverá registar uma tendência descendente para 15,3% (de 17,8% em 2023), depois de este ano ter estado sob alguma pressão devido ao impacto da depreciação do kwanza nos preços de alguns bens e serviços. A proposta pressupõe também que o preço médio do petróleo seja de US\$ 65 por barril em 2024, inferior aos US\$ 75 projectados no OGE 2023 (e o preço esperado para este ano). O governo também prevê uma produção média diária de petróleo de 1,060 milhões de barris, caindo 28 mil barris/dia (ou -2,6%) face a 2023. Isto deve-se a paragens para manutenção ainda necessária em vários campos petrolíferos em 2024.

Saldo orçamental deverá atingir superávit marginal

O OGE 2024 ascende a AKZ 24,715 mil milhões, ficando 22,9% acima do OGE 2023 e 12,7% acima do valor esperado para o ano. O governo prevê registar um superávit marginal de AKZ 17 mil milhões (e equivalente a 0,02% do PIB), depois de um défice previsto de -0,1% em 2023. O governo prevê ainda um excedente primário (excluindo pagamentos da dívida) equivalente a 6,2% do PIB, acima de +5,1% esperado em 2023.

Receitas petrolíferas representam mais de metade das receitas totais

O governo prevê que as receitas e despesas totais ascendam a 20,1% do PIB em 2024. As receitas deverão beneficiar de um forte desempenho das receitas não-petrolíferas (20,4%), enquanto as receitas petrolíferas deverão crescer apenas 4,2% devido aos preços mais baixos do crude e à menor produção esperada para o ano. O aumento da despesa resulta da subida acentuada dos gastos em bens e serviços (+48,8%) e com o pagamento de juros (+39,3%). Por outro lado, o governo espera reduzir a despesa com transferências, nomeadamente em subsídios (-52,9%), uma vez que prevê continuar a cortar nos subsídios aos combustíveis em 2024. No total, prevê-se ainda que as receitas petrolíferas representem mais de metade das receitas totais (53,4%), enquanto o pagamento de juros representa quase um terço das despesas totais (31,0%).

Mais de metade da despesa pública será afectada ao pagamento do serviço da dívida

O governo prevê que 52,8% dos recursos necessários para financiar o OGE 2024 virão de impostos (31,8% do sector petrolífero), enquanto 40,5% virão do financiamento através de dívida. O financiamento através de dívida deverá aumentar 18,2%, com o financiamento nos mercados externos a crescer quase quatro vezes em relação ao ano anterior. Em termos de despesas, salientamos que 57,8% do total da despesa pública será destinada à amortização do serviço da dívida (capital mais juros), um aumento significativo face ao ano anterior (49,1% da despesa total).

Baixo investimento público pode comprometer as perspectivas de crescimento

O governo angolano prevê alcançar mais um orçamento equilibrado em 2024, bem como reduzir o défice primário não petrolífero para 4,1% do PIB, mantendo este rácio dentro do limite de 5% estabelecido na Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas. Os níveis da dívida pública deverão também cair para 69,2% do PIB (face a 79,9% em 2023), embora ainda permaneçam muito acima do objectivo de longo prazo de 60%. Estas são, sem dúvida, boas notícias. No entanto, há que ter em conta que mais de metade da despesa pública no OGE 2024 deverá continuar a ser afectada ao pagamento do serviço da dívida, enquanto os níveis de investimento público (3,5% do PIB) permanecem em mínimos de há vários anos. Isto torna ainda mais desafiante para o país no que toca às suas perspectivas de crescimento económico a médio prazo.

Research

Novembro 2023

Economia

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu

PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (2024)

Projeções Macroeconómicas

A actividade económica em Angola abrandou acentuadamente em 2023 quando comparada com o ano anterior. De acordo com os últimos dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento do PIB real situou-se em apenas 0,2% em termos homólogos no primeiro semestre do ano (abaixo do crescimento de 3,0% em 2022), graças ao continuado declínio da actividade no sector petrolífero (-5,4% em termos homólogos). A produção de crude continuou a ser afetada por paragens de emergência planeadas e não planeadas devido à manutenção em algumas das plataformas petrolíferas, bem como avarias em determinados blocos petrolíferos, incluindo os blocos 0, 14, 15, 15/06, 17 e 18. Por outro lado, a actividade no sector não petrolífero continuou a expandir-se no mesmo período (+2,2% em termos homólogos), graças aos contributos favoráveis de sectores como o retalho, transportes e comunicações, imobiliário e serviços financeiros.

A actividade foi também afectada pela forte depreciação do kwanza registada durante a segunda parte de Maio e o mês de Junho. Esta evolução do kwanza deveu-se à redução significativa do montante de dólares disponíveis no mercado cambial na sequência da venda errática de dólares pelo Tesouro, que é, de longe, o maior fornecedor de divisas estrangeiras ao mercado interno. De facto, a queda da produção petrolífera nos primeiros três meses de 2023 levou à entrada de menores quantidades de moeda estrangeira no mercado angolano, enquanto a necessidade de cumprir os pagamentos do serviço da dívida no período fez com que a oferta de moeda estrangeira fosse significativamente reduzida.

O desempenho mais fraco do que o esperado registado no primeiro semestre de 2023 levou as autoridades a reduzir significativamente as suas previsões de crescimento económico para o ano. O governo angolano espera agora que o crescimento do PIB real avance apenas 0,4% no período, ficando muito abaixo dos 3,3% projectados na proposta inicial do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2023. Prevê-se agora que a actividade no sector do petróleo e do gás diminua -4,1%, enquanto o crescimento no sector não-petrolífero deverá situar-se nos 1,8%. Estes valores comparam com o crescimento de 3,0% no sector petrolífero e de 3,4% no sector não-petrolífero inicialmente previsto.

A proposta do OGE para 2024 pressupõe que o crescimento económico de Angola acelerará para 2,8% no ano, graças a um desempenho significativamente mais forte no sector não-petrolífero (4,6%) e a uma menor contracção no sector petrolífero (-2,5%) face ao ano anterior. Espera-se que o sector não-petrolífero registre um crescimento mais rápido em todos os sectores, conforme detalhado abaixo:

ACTIVIDADE ECONÓMICA						
	2020	2021	2022	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)
Crescimento do PIB Real	-5,6%	1,2%	3,0%	3,3%	0,4%	2,8%
- Petróleo e Gás	-6,7%	-11,5%	1,0%	3,0%	-4,1%	-2,5%
- Não-petrolífero	-5,1%	5,5%	3,9%	3,4%	1,8%	4,6%
Agricultura	5,5%	5,2%	3,8%	8,0%	1,3%	6,5%
Pescas	-6,1%	46,4%	4,2%	10,0%	-0,5%	6,0%
Indústria Extractiva	-11,0%	10,4%	0,5%	10,0%	0,5%	5,5%
Indústria Transformadora	2,7%	0,8%	2,5%	2,8%	0,7%	5,2%
Construção	-25,8%	-6,7%	5,5%	11,0%	1,2%	3,2%
Energia	2,9%	1,8%	4,7%	4,9%	6,4%	10,6%
Retalho	3,5%	6,3%	2,8%	2,8%	2,3%	4,6%
Outros	-3,2%	2,6%	7,5%	2,1%	1,0%	3,0%

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

Entretanto, a inflação em Angola aumentou nos últimos meses, depois de ter atingido um mínimo de 10,59% em Abril de 2023, que marcou o nível mais baixo registado desde Janeiro de 2019. Os últimos dados do INE mostram que a inflação homóloga atingiu 15,01% em Setembro, levando o governo a rever em alta a sua previsão de inflação para 2023 para os 17,8%. A nova previsão fica significativamente acima da projecção inicial de 11,1% e compara com os 13,9% registados em 2022.

A inflação voltou a estar sob alguma pressão, em grande parte devido ao impacto da depreciação do kwanza durante o primeiro semestre de 2023 nos preços de determinados bens e serviços. De notar que mais de metade do aumento da inflação deveu-se ao custo mais elevado dos produtos alimentares e das bebidas não-alcoólicas. Esta evolução reflecte também (1) os ajustamentos dos

O crescimento económico abrandou acentuadamente em 2023, mas deverá manter-se positivo

Para além da menor produção petrolífera, a actividade económica foi impactada pela forte depreciação do kwanza

O governo angolano reduziu significativamente as suas previsões de crescimento do PIB real para 2023 (0,4% vs. 3,3% previstos anteriormente)

O OGE 2024 pressupõe que o crescimento económico acelerará para 2,8% no ano

A inflação aumentou nos últimos meses, levando o governo a rever em alta a sua previsão para a inflação do ano

Os preços no consumidor têm estado sob pressão, em grande parte devido ao impacto da depreciação do

preços da gasolina em Junho, (2) o encerramento de armazéns comerciais pelo governo da província de Luanda (também em Junho), (3) o aumento dos custos de transporte (nomeadamente nos preços dos bilhetes nas viagens aéreas), (4) o aumento dos custos com a educação e os serviços de saúde.

Espera-se que a inflação desacelere no próximo ano devido à política monetária persistentemente restritiva seguida pelo banco central. O governo prevê na sua proposta orçamental para 2024 que a inflação anual termine o ano em 15,3%.

A proposta do OGE 2024 pressupõe que o preço médio do petróleo ficará nos 65 dólares por barril. Este valor é inferior aos 75 dólares projectados na proposta de orçamento para 2023 (e ao preço médio esperado para este ano). O governo também prevê que a produção média diária de petróleo atinja 1,060 milhões de barris em 2024, o que compara com uma produção esperada de 1,088 milhões este ano. Apesar do início da produção de três novos poços no Bloco 0, quatro novos poços no Bloco 14 e cinco novos poços no Bloco 15, a produção total de petróleo deve cair 28 mil barris/dia (ou -2,6%) em relação ao ano anterior devido às paragens de manutenção operacionais programadas em vários blocos petrolíferos ao longo do ano.

INDICADORES ECONÓMICOS	2020	2021	2022	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)
Inflação (final do período)	25,1%	27,0%	13,9%	11,0%	17,8%	15,3%
Inflação (média anual)	22,3%	25,7%	21,7%	11,1%	13,3%	16,6%
Produção Anual de Petróleo e GNL	579,9	539,3	531,2	567,7	529,5	525,4
Produção de Petróleo (MBbl)	463,9	410,4	414,9	430,7	397,1	388,0
Produção GNL (MBOE)	116,0	128,9	116,3	137,0	132,4	137,4
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1,271	1,124	1,137	1,180	1,088	1,060
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	41,0	70,7	101,8	75,0	75,0	65,0
Preço Médio do GNL (US\$/BOE)	29,2	21,3	38,0	39,0	39,0	42,0
PIB Nominal (AKZ mil milhões)	33 041,0	44 535,9	52 184,4	61 012,4	63 074,5	73 232,7
Petrolífero	8 131,1	14 582,9	15 422,1	13 477,0	15 608,0	15 914,3
Não-petrolífero	24 909,9	29 953,1	36 762,3	47 535,4	47 466,5	57 318,5

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

kwanza durante o primeiro semestre de 2023

Estima-se que a inflação anual desacelere para os 15,3% em 2024

A proposta do OGE 2024 pressupõe que o preço médio do crude ficará nos 65 dólares e a produção de petróleo sofrerá uma queda em relação ao ano anterior

Contas Públicas

A proposta do OGE 2023 foi elaborada assumindo que o preço médio do petróleo seria 75 dólares por barril e que a produção de crude ficaria em 1,18 milhões de barris por dia. Estes pressupostos levaram o governo a prever um superávit global correspondente a 0,9% do PIB, um superávit primário de 4,9% do PIB e um défice primário não-petrolífero de 6,5% do PIB.

A queda na produção de petróleo testemunhada durante o primeiro semestre de 2023 resultou em exportações e receitas de petróleo abaixo do esperado. Este impacto, aliado ao elevado montante de amortização da dívida externa previsto para o período, levou a uma depreciação significativa do kwanza de meados de maio até ao final de junho. Esta evolução da taxa de câmbio do kwanza reflectiu a menor oferta de moeda estrangeira no mercado angolano por parte do Tesouro. Recorde-se que o Tesouro é o principal fornecedor de moeda estrangeira ao mercado doméstico e que esta menor oferta teve um grande impacto na quantidade de moeda estrangeira disponível, sobretudo a partir de Março.

Isto levou o governo angolano a adoptar medidas de redução da despesa para conter o impacto das receitas petrolíferas terem ficado abaixo do esperado e a depreciação significativa da taxa de câmbio nas contas públicas. Uma das medidas foi o corte significativo no investimento público esperado para o ano, que sofreu uma redução de -22,2% face ao valor orçamentado e que agora se projecta que fique quase 30% abaixo do nível registado em 2022. Prevê-se que o investimento público represente apenas 3,9% do PIB em 2023, o que representa uma redução significativa face aos 6,7% do PIB do ano anterior (e aos 5,1% do PIB previstos na proposta do OGE 2023).

As contas públicas de 2023 foram especialmente impactadas pelo novo aumento das despesas com juros (devido à exposição da dívida à taxa de câmbio) e dos subsídios aos combustíveis, uma vez que, no actual modelo de subsidiação, as alterações das variáveis de mercado determinantes do preço da gasolina e do gasóleo são transmitidas para a despesa pública com subsídios e para os preços dos combustíveis nos postos de abastecimento.

A depreciação cambial registada no segundo trimestre também limitou o potencial ganho fiscal com a reforma dos subsídios aos combustíveis anunciada a 1 de Junho, e que começou com o

A proposta do OGE 2023 pressupunha que o preço médio do petróleo seria 75 dólares por barril

A queda na produção de crude no primeiro semestre de 2023 levou a que as exportações e receitas petrolíferas ficassem abaixo do esperado

O governo teve de adoptar medidas de redução da despesa para conter o impacto das receitas petrolíferas inferiores ao previsto e da depreciação cambial

As contas públicas de 2023 foram impactadas pelo novo aumento das despesas com juros e dos subsídios aos combustíveis

A depreciação do kwanza limitou o potencial ganho

ajuste do preço da gasolina em cerca de 87,5%, passando de AKZ 160 para AKZ 300 por litro. O governo prevê continuar o processo de eliminação gradual dos restantes subsídios à gasolina e ao gasóleo e ao petróleo ao longo de 2024-25.

Recorde-se que os subsídios aos combustíveis representaram 18,9% da despesa fiscal primária, 3,7% do PIB e atingiram AKZ 1,99 mil milhões em 2022. O governo espera que estes subsídios possam ascender a AKZ 1,82 mil milhões este ano e representar perto de 19,4% das despesa primária e 2,9% do PIB, continuando a ser uma das principais fontes de risco para o equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas a médio e longo prazo.

Em suma, o governo prevê agora que o saldo orçamental global se situe em -0,1% do PIB este ano. Este valor compara com um excedente orçamental de 0,9% do PIB projectado na proposta inicial do OGE 2023 (e um excedente de 1,0% do PIB em 2022). Esta revisão em baixa do saldo global reflecte-se, em larga medida, no abrandamento da actividade económica agora projectado para o ano e no seu impacto nas receitas fiscais, nomeadamente do sector não-petrolífero. De facto, as receitas do sector petrolífero foram revistas ligeiramente em alta graças ao impacto favorável que a depreciação do kwanza teve nas receitas petrolíferas, uma vez que mais do que compensou o efeito negativo da menor produção de crude no período. Por outro lado, a depreciação do kwanza teve um impacto negativo no pagamento dos juros da dívida, em particular juros da dívida externa (46,8%) uma vez que mais de 70% da dívida pública de Angola está denominada em moeda estrangeira.

Em termos do défice primário não-petrolífero, as projecções do governo apontam que venha a manter-se nos 6,5% do PIB, tal como previsto no OGE 2023. O défice primário não petrolífero tem sido a variável operacional da política fiscal, representando o saldo estrutural das contas fiscais, de tal modo ser a âncora fiscal definida na Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas.

fiscal com a reforma dos subsídios aos combustíveis

Os subsídios aos combustíveis ainda são uma das principais fontes de risco para as contas públicas

O governo estima que o saldo orçamental global se situe em nos -0,1% do PIB este ano

O défice primário não-petrolífero deverá ficar-se pelos 6,5% do PIB este ano, em linha com a previsão do OGE 2023

CONTAS PÚBLICAS	% do PIB				
	2020	2021	2022 (1)	2023 (2)	2023 (1)
Receitas Não Petrolíferas	10,9%	9,8%	10,8%	10,3%	8,1%
Dos quais impostos	9,4%	8,3%	8,6%	7,9%	6,8%
Despesa Primária	17,0%	15,2%	20,2%	17,2%	14,9%
Saldo Primário Não Petrolífero	-5,9%	-5,1%	-9,1%	-6,5%	-6,5%
Receitas Petrolíferas	11,4%	14,9%	14,8%	11,8%	12,0%
Saldo Primário	5,2%	9,5%	5,4%	4,9%	5,1%
Juros	7,2%	5,5%	4,4%	4,0%	5,2%
Saldo Global	-2,0%	4,0%	1,0%	0,9%	-0,1%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Entretanto, a proposta do OGE para 2024 ascende a AKZ 24,715 mil milhões, o que representa um aumento de 22,9% em relação à proposta inicial do OGE de 2023 e fica 12,7% acima do valor esperado para o ano. O governo prevê atingir um saldo orçamental ligeiramente positivo de AKZ 17 mil milhões (equivalente a 0,0% do PIB) após um défice global de apenas -0,1% do PIB esperado para 2023. O governo também estima um superávit primário de 6,2% do PIB, acima do superávit de 5,1% esperado em 2023. Recordamos que a proposta do OGE para 2023 pressupunha um excedente orçamental global e um excedente primário equivalentes a 0,9% e 4,9% do PIB, respectivamente.

Na proposta do OGE para 2024, o governo prevê que as receitas e despesas totais atinjam AKZ 14,710 mil milhões e AKZ 14,692 mil milhões, respectivamente. Isto representa um aumento de 16,3% nas receitas e de 15,8% nas despesas face aos valores esperados para 2023. De referir ainda que a proposta orçamental pressupõe que as receitas não relacionadas com o petróleo aumentarão 20,4% e as despesa primária (excluindo juros) uns mais modestos 7,6% quando comparados com os valores esperados para 2023.

A tabela na página seguinte detalha as receitas e despesas projectadas pelo governo para 2024. Como referido anteriormente, espera-se que as receitas beneficiem de um forte desempenho nas receitas não petrolíferas, mas também de outras receitas (não especificadas) (+82,6%). Prevê-se ainda que as receitas petrolíferas aumentem apenas 4,2% face ao ano anterior.

O governo prevê atingir um saldo orçamental ligeiramente positivo em 2024

Prevê-se que as receitas aumentem 16,3% e as despesas 15,8% face aos valores esperados para 2023

Espera-se que as receitas beneficiem de um forte aumento das receitas não relacionadas com o petróleo (+20,4%)

CONTAS DO ESTADO	AKZ Mil Milhões					Variação			
	2021	2022 (1)	2023 (2)	2023 (1)	2024 (2)	2022 (1) / 2021	2023 (1) / 2022 (1)	2024 (2) / 2023 (2)	2024 (2) / 2023 (1)
Receitas	10 995	13 336	13 462	12 643	14 710	21,3%	-5,2%	9,3%	16,3%
Receitas Correntes	10 973	13 333	13 462	12 643	14 697	21,5%	-5,2%	9,2%	16,2%
Receitas de Impostos	10 324	12 212	11 999	11 857	13 050	18,3%	-2,9%	8,8%	10,1%
Receitas Petrolíferas	6 615	7 706	7 196	7 544	7 859	16,5%	-2,1%	9,2%	4,2%
% do Total das Receitas de Impostos	64,1%	63,1%	60,0%	63,6%	60,2%	-1,0%	0,5%	0,3%	-3,4%
Receitas Não-Petrolíferas	3 709	4 506	4 804	4 313	5 191	21,5%	-4,3%	8,1%	20,4%
Contribuições Sociais	350	409	311	311	568	16,8%	-24,0%	82,6%	82,6%
Doações e Outras Receitas	299	712	1 152	475	1 079	137,9%	-33,2%	-6,3%	126,9%
Receitas de Capital	22	3	0	0	13	-86,8%	-100,0%	-	-
Despesas	9 207	12 800	12 902	12 691	14 692	39,0%	-0,9%	13,9%	15,8%
Despesas Correntes	6 727	9 326	9 769	10 255	12 092	38,6%	10,0%	23,8%	17,9%
Remunerações	2 095	2 360	2 825	2 702	3 062	12,7%	14,5%	8,4%	13,3%
Bens e Serviços	1 646	2 054	2 840	1 787	2 659	24,8%	-13,0%	-6,4%	48,8%
Juros	2 445	2 277	2 441	3 272	4 558	-6,8%	43,7%	86,8%	39,3%
Transferências	542	2 635	1 663	2 494	1 813	386,0%	-5,3%	9,0%	-27,3%
Subsídios	62	2 071	964	1 868	880	3224,1%	-9,8%	-8,8%	-52,9%
Despesas de Capital	2 480	3 473	3 133	2 436	2 600	40,1%	-29,9%	-17,0%	6,7%
Investimento Público	2 392	3 139	3 119	2 337	2 577	31,2%	-25,5%	-17,4%	10,2%
Saldo Primário	4 233	2 813	3 001	3 224	4 576	-33,5%	14,6%	52,5%	41,9%
% do PIB	9,5%	5,4%	4,9%	5,1%	6,2%	-4,1%	-0,3%	1,3%	1,1%
Saldo Orçamental	1 788	536	560	-47	17	-70,0%	-	-96,9%	-
% do PIB	4,0%	1,0%	0,9%	-0,1%	0,0%	-3,0%	-1,1%	-0,9%	0,1%

(1) Estimativa; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

O aumento da despesa projectado para o ano surge na sequência de um aumento de 17,9% nas despesas correntes, nomeadamente o aumento da despesa pública em bens e serviços (48,8%) e em juros (39,3%). Prevê-se que os gastos em salários aumentem 13,3% face ao nível esperado em 2023, em resultado do ajuste de 5% (proporcional e uniforme) nos salários dos funcionários públicos, bem como das promoções e de algumas contratações, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde.

O governo prevê gastar bastante mais em bens e serviços e, também, em juros da dívida

Por outro lado, o governo espera gastar um valor muito inferior em transferências (-27,3%), nomeadamente subsídios (-52,9%), do que em 2023. Esta evolução está relacionada com a contínua descida dos subsídios aos combustíveis prevista para o próximo ano. Prevê-se que as despesas de capital, incluindo o investimento público, recuperem em 2024, depois de terem caído este ano.

Estima-se que a despesa em transferências, incluindo subsídios, caia significativamente em 2024

No global, os totais das receitas e das despesas deverão representar 20,1% do PIB (praticamente igual a 2023), com as receitas fiscais relacionadas com o petróleo a atingirem 10,7% do PIB (abaixo dos 12,0% esperados em 2023). Por outro lado, as despesas correntes deverão representar 16,5% do PIB (vs. 16,3% no ano anterior) devido aos aumentos acentuados das despesas com bens e serviços, bem como o pagamento de juros que mais do que compensaram a diminuição dos subsídios.

Os totais das receitas e das despesas deverão representar 20,1% do PIB

CONTAS DO ESTADO	% do PIB									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (1)	2023 (2)	2023 (1)	2024 (2)
Receitas	17,6%	17,5%	22,9%	21,4%	21,4%	24,7%	25,6%	22,1%	20,0%	20,1%
Receitas de Impostos	15,8%	15,8%	21,1%	19,8%	20,0%	23,2%	23,4%	19,7%	18,8%	17,8%
Receitas Petrolíferas	8,3%	9,9%	14,5%	12,9%	10,9%	14,9%	14,8%	11,8%	12,0%	10,7%
Receitas Não-Petrolíferas	7,5%	5,9%	6,6%	6,9%	9,1%	8,3%	8,6%	7,9%	6,8%	7,1%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	1,8%	1,7%	1,8%	1,5%	1,4%	1,5%	2,2%	2,4%	1,2%	2,3%
Despesas	22,2%	23,8%	20,8%	20,8%	23,2%	20,7%	24,5%	21,1%	20,1%	20,1%
Despesas Correntes	18,3%	17,3%	16,1%	17,1%	17,9%	15,1%	17,9%	16,0%	16,3%	16,5%
Remunerações	8,5%	7,4%	6,0%	6,5%	6,3%	4,7%	4,5%	4,6%	4,3%	4,2%
Bens e Serviços	3,8%	4,1%	3,4%	2,8%	2,9%	3,7%	3,9%	4,7%	2,8%	3,6%
Juros	2,9%	3,3%	4,7%	5,9%	6,9%	5,5%	4,4%	4,0%	5,2%	6,2%
Transferências	3,1%	2,3%	1,9%	2,0%	1,8%	1,2%	5,0%	2,7%	4,0%	2,5%
Despesas de Capital	3,9%	6,5%	4,6%	3,7%	5,4%	5,6%	6,7%	5,1%	3,9%	3,6%
Saldo Primário	-1,7%	-3,0%	6,8%	6,5%	5,0%	9,5%	5,4%	4,9%	5,1%	6,2%
Saldo Orçamental	-4,5%	-6,3%	2,1%	0,6%	-1,9%	4,0%	1,0%	0,9%	-0,1%	0,0%
Saldo Primário Não-Petrolífero	-10,0%	-12,9%	-7,7%	-6,5%	-5,9%	-5,3%	-9,4%	-6,9%	-6,8%	-4,5%
Saldo Orçamental Não-Petrolífero	-12,9%	-16,2%	-12,4%	-12,3%	-12,8%	-10,8%	-13,7%	-10,9%	-12,0%	-10,7%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

As receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero deverão continuar a representar a maior parte das receitas, ou seja, 53,4% do total em 2024. No entanto, este valor está bastante abaixo dos 59,7% projectados para 2023, embora em linha com os 53,5% da proposta do OGE 2023. Esta descida deve-se ao menor preço e produção do petróleo assumido na actual proposta do OGE 2024 e ao impacto que se espera venha a ter nas receitas fiscais. Por outro lado, estima-se que o contributo das receitas fiscais não petrolíferas e não fiscais aumente face às previsões para 2023, com destaque para esta última, que deverá aumentar de 6,2% para 11,3% das receitas totais.

As receitas fiscais do sector petrolífero deverão continuar a representar a maior fatia das receitas totais

Também de salientar que a proporção da despesa pública destinada ao pagamento de juros deverá ascender a 31,0% da despesa total. Tal como em 2023, espera-se que o montante da despesa pública com o pagamento de juros volte a ser superior ao que o governo gasta com os salários dos funcionários públicos. De facto, isso tem acontecido todos os anos desde 2020, à exceção do ano de 2022 onde se registou uma evolução favorável da taxa de câmbio do kwanza que beneficiou o montante pago com os juros da dívida externa.

Os custos com o pagamento de juros deverão representar 31% da despesa total

Prevê-se também que as despesas com bens e serviços assumam uma maior fatia das despesas totais, ao passo que as despesas com transferências deverão registar uma diminuição acentuada em relação a 2023. O mesmo deverá acontecer com as despesas de capital, uma vez que estas deverão representar 17,7% do total (vs. 19,2% em 2023).

As despesas com bens e serviços deverão também representar uma maior fatia das despesas totais

CONTAS DO ESTADO	% do Total									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (1)	2023 (2)	2023 (1)	2024 (2)
Receitas										
Receitas de Impostos (Petrolíferas)	47,3%	56,7%	63,4%	60,4%	51,2%	60,2%	57,8%	53,5%	59,7%	53,4%
Receitas de Impostos (Não-Petrolíferas)	42,3%	33,7%	28,9%	32,4%	42,4%	33,7%	33,8%	35,7%	34,1%	35,3%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	10,4%	9,6%	7,7%	7,2%	6,4%	6,1%	8,4%	10,9%	6,2%	11,3%
Total das Receitas	100,0%									
Despesas										
Despesas Correntes	82,3%	72,6%	77,7%	82,3%	76,9%	73,1%	72,9%	75,7%	80,8%	82,3%
Remunerações	38,3%	31,3%	28,9%	31,4%	26,9%	22,7%	18,4%	21,9%	21,3%	20,8%
Bens e Serviços	17,1%	17,4%	16,6%	13,3%	12,6%	17,9%	16,0%	22,0%	14,1%	18,1%
Juros	12,9%	14,0%	22,8%	28,2%	29,7%	26,6%	17,8%	18,9%	25,8%	31,0%
Transferências	14,0%	9,8%	9,3%	9,4%	7,7%	5,9%	20,6%	12,9%	19,7%	12,3%
Subsídios	4,4%	1,9%	1,6%	1,2%	0,6%	0,7%	16,2%	7,5%	14,7%	6,0%
Despesas de Capital	17,7%	27,4%	22,3%	17,7%	23,1%	26,9%	27,1%	24,3%	19,2%	17,7%
Total das Despesas	100,0%									

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Em termos de despesas por sector, o governo espera gastar AKZ 10,134 mil milhões em 2024 se excluirmos os gastos com operações de dívida pública. Trata-se de uma redução de -8,2% face ao previsto no orçamento de 2023 e resulta sobretudo da redução significativa das despesas no sector económico (-38,2%). As despesas com serviços públicos gerais e outros também deverão diminuir no período (-12,5%), mas os outros sectores deverão registar despesas mais elevadas. Prevê-se que as despesas com o sector social aumentem 2,9% e as despesas com defesa, segurança e ordem social registem um ligeiro aumento de 1,2% em relação à proposta do OGE 2023. Refira-se ainda que a amortização da dívida pública deverá registar um aumento acentuado de 60,9% e representar 59,0% do total das despesas orçamentadas (vs. 45,1% do total projectado no orçamento de 2023).

O total das despesas (excluindo gastos com operações de dívida pública) deverá cair -8,2% face ao orçamento de 2023

Conforme detalhado no quadro abaixo, prevê-se que as despesas com o sector social voltem a representar a maior parte das despesas totais, representando 49,0% das despesas primárias (excluindo as operações da dívida pública) e 20,1% das despesas totais.

O sector social continuará a representar a maior parte das despesas totais

DESPESAS POR SECTOR	AKZ Mil Milhões		Variação	% Total Desp. (1)		% Total Desp.		% do PIB	
	2023	2024	2024 / 2023	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Sector Social	4 827	4 965	2,9%	43,7%	49,0%	24,0%	20,1%	7,9%	6,8%
Educação	1 556	1 572	1,0%	14,1%	15,5%	7,7%	6,4%	2,6%	2,1%
Saúde	1 342	1 365	1,7%	12,2%	13,5%	6,7%	5,5%	2,2%	1,9%
Protecção Social	689	869	26,1%	6,2%	8,6%	3,4%	3,5%	1,1%	1,2%
Habitacção	1 115	1 048	-6,0%	10,1%	10,3%	5,5%	4,2%	1,8%	1,4%
Outros	125	112	-9,9%	1,1%	1,1%	0,6%	0,5%	0,2%	0,2%
Sector Económico	1 959	1 211	-38,2%	17,7%	11,9%	9,7%	4,9%	3,2%	1,7%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	412	163	-60,5%	3,7%	1,6%	2,0%	0,7%	0,7%	0,2%
Transportes	608	543	-10,7%	5,5%	5,4%	3,0%	2,2%	1,0%	0,7%
Combustíveis e Energia	786	269	-65,7%	7,1%	2,7%	3,9%	1,1%	1,3%	0,4%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	44	76	74,5%	0,4%	0,8%	0,2%	0,3%	0,1%	0,1%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	77	120	55,7%	0,7%	1,2%	0,4%	0,5%	0,1%	0,2%
Outros	33	40	21,3%	0,3%	0,4%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Defesa, Segurança e Ordem Social	1 723	1 744	1,2%	15,6%	17,2%	8,6%	7,1%	2,8%	2,4%
Defesa	855	807	-5,7%	7,7%	8,0%	4,3%	3,3%	1,4%	1,1%
Segurança e Ordem Pública	867	937	8,0%	7,9%	9,2%	4,3%	3,8%	1,4%	1,3%
Serviços Públicos Gerais e Outros	2 532	2 214	-12,5%	22,9%	21,8%	12,6%	9,0%	4,1%	3,0%
Serviços Gerais	939	836	-10,9%	8,5%	8,3%	4,7%	3,4%	1,5%	1,1%
Órgãos Executivos	935	868	-7,2%	8,5%	8,6%	4,7%	3,5%	1,5%	1,2%
Outros	658	510	-22,5%	6,0%	5,0%	3,3%	2,1%	1,1%	0,7%
Total Despesas (Ex. Operações Dívida Pública)	11 040	10 134	-8,2%	100,0%	100,0%	54,9%	41,0%	18,1%	13,8%
Operações de Dívida Pública	9 064	14 581	60,9%			45,1%	59,0%	14,9%	19,9%
Doméstica	3 994	5 940	48,7%			19,9%	24,0%	6,5%	8,1%
Estrangeira	5 070	8 341	64,5%			25,2%	33,7%	8,3%	11,4%
Outros Encargos e Transferências	-	300	-			-	1,2%	-	0,4%
Total das Despesas	20 104	24 715	22,9%			100,0%	100,0%	33,0%	33,7%

(1) Excluindo Operações Dívida Pública. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

O governo espera financiar o seu orçamento para 2024 voltando a depender relativamente mais das receitas públicas, principalmente dos impostos (52,8% do total), do que do financiamento através de dívida pública. Ainda assim, o montante projectado de financiamento através de dívida deverá aumentar 18,2% face ao valor previsto para 2023 e ficar 51,1% acima da projecção incluída na proposta do OGE para 2023.

As receitas de impostos deverão representar 52,8% do total das receitas para 2024

O governo espera ainda um aumento de 39,3% no pagamento de juros da dívida e de 29,6% na amortização da dívida face aos valores previstos para 2023 e que estes representem 18,4% e 39,3% das despesas totais, respectivamente. Ou seja, projecta-se que 57,8% das despesas totais sejam destinadas ao pagamento do serviço da dívida (amortização da dívida mais juros).

O total do serviço da dívida (capital mais juros) deverá representar 57,8% das despesas totais

FINANCIAMENTO DO OGE	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB		
	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)	2024(1) / 2023(1)	2024(1) / 2023(2)	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)
Receitas											
Receitas Correntes	13 462	12 643	14 697	9,2%	16,2%	67,0%	57,6%	59,5%	22,1%	20,0%	20,1%
Impostos	11 999	11 857	13 050	8,8%	10,1%	59,7%	54,1%	52,8%	19,7%	18,8%	17,8%
Sector Petrolífero	7 196	7 544	7 859	9,2%	4,2%	35,8%	34,4%	31,8%	11,8%	12,0%	10,7%
Sector Não-Petrolífero	4 804	4 313	5 191	8,1%	20,4%	23,9%	19,7%	21,0%	7,9%	6,8%	7,1%
Contribuições Sociais	311	311	568	82,6%	82,6%	1,5%	1,4%	2,3%	0,5%	0,5%	0,8%
Outros	1 152	475	1 079	-6,3%	126,9%	5,7%	2,2%	4,4%	1,9%	0,8%	1,5%
Receitas de Capital	0	0	13	-	-	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Venda de Activos	20	12	2	-91,3%	-85,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Financiamento	6 623	8 463	10 004	51,1%	18,2%	32,9%	38,6%	40,5%	10,9%	13,4%	13,7%
Doméstico	3 097	6 847	3 833	23,8%	-44,0%	15,4%	31,2%	15,5%	5,1%	10,9%	5,2%
Internacional	3 526	1 615	6 171	75,0%	282,0%	17,5%	7,4%	25,0%	5,8%	2,6%	8,4%
Reserva do Tesouro	0	818	0	-	-100,0%	0,0%	3,7%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%
Total das Receitas	20 104	21 935	24 715	22,9%	12,7%	100,0%	100,0%	100,0%	33,0%	34,8%	33,7%
Despesas											
Remunerações	2 825	2 702	3 062	8,4%	13,3%	14,1%	12,3%	12,4%	4,6%	4,3%	4,2%
Bens e Serviços	2 840	1 787	2 659	-6,4%	48,8%	14,1%	8,1%	10,8%	4,7%	2,8%	3,6%
Juros	2 441	3 272	4 558	86,8%	39,3%	12,1%	14,9%	18,4%	4,0%	5,2%	6,2%
Intemos	1 145	1 370	1 750	52,8%	27,7%	5,7%	6,2%	7,1%	1,9%	2,2%	2,4%
Externos	1 296	1 901	2 809	116,8%	47,7%	6,4%	8,7%	11,4%	2,1%	3,0%	3,8%
Transferências	1 663	2 494	1 813	9,0%	-27,3%	8,3%	11,4%	7,3%	2,7%	4,0%	2,5%
Subsídios	964	1 868	880	-8,8%	-52,9%	4,8%	8,5%	3,6%	1,6%	3,0%	1,2%
Despesas de Capital	3 133	2 436	2 600	-17,0%	6,7%	15,6%	11,1%	10,5%	5,1%	3,9%	3,6%
Amortização da Dívida	6 623	7 502	9 723	46,8%	29,6%	32,9%	34,2%	39,3%	10,9%	11,9%	13,3%
Interna	2 849	4 336	4 190	47,1%	-3,4%	14,2%	19,8%	17,0%	4,7%	6,9%	5,7%
Externa	3 774	3 166	5 533	46,6%	74,8%	18,8%	14,4%	22,4%	6,2%	5,0%	7,6%
Aquisição de Activos Financeiros	579	198	300	-48,1%	51,6%	2,9%	0,9%	1,2%	0,9%	0,3%	0,4%
Operações de Tesouraria	0	1 544	0	-	-100,0%	0,0%	7,0%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%
Total das Despesas	20 104	21 935	24 715	22,9%	12,7%	100,0%	100,0%	100,0%	33,0%	34,8%	33,7%

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

A tabela abaixo resume as necessidades de financiamento do governo para 2024. As necessidades brutas de financiamento deverão ascender a AKZ 10,023 mil milhões no período, representando 13,7% do PIB. Estas incluem (1) necessidades líquidas de financiamento de AKZ 300 mil milhões (0,4% do PIB) e (2) amortização da dívida de AKZ 9,723 mil milhões (13,3% do PIB). Nota-se que 97,0% das necessidades brutas de financiamento dizem respeito à amortização da dívida, o que compara com 80,7% do total esperado no ano anterior.

As necessidades brutas de financiamento deverão representar 13,7% do PIB

FINANCIAMENTO DO OGE	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB		
	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)	2024(1) / 2023(1)	2024(1) / 2023(2)	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)	2023 (1)	2023 (2)	2024 (1)
Necessidades Brutas de Financ.											
Necessidades Líquidas de Financ.	579	1 790	300	-48,1%	-83,2%	8,0%	19,3%	3,0%	0,9%	2,8%	0,4%
Défice Fiscal	0	47	0	-	-100,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Operações de Tesouraria	0	1 544	0	-	-100,0%	0,0%	16,6%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%
Aquisição de Activos Financeiros	579	198	300	-48,1%	51,6%	8,0%	2,1%	3,0%	0,9%	0,3%	0,4%
Amortizações de Dívida de CMLP	6 623	7 502	9 723	46,8%	29,6%	92,0%	80,7%	97,0%	10,9%	11,9%	13,3%
Internas	2 849	4 336	4 190	47,1%	-3,4%	39,6%	46,7%	41,8%	4,7%	6,9%	5,7%
Externas	3 774	3 166	5 533	46,6%	74,8%	52,4%	34,1%	55,2%	6,2%	5,0%	7,6%
Total Nec. Brutas de Financ.	7 202	9 292	10 023	39,2%	7,9%	100,0%	100,0%	100,0%	11,8%	14,7%	13,7%
Fontes de Recursos do Estado											
Venda de Activos	20	12	2	-91,3%	-85,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Financiamento no Ano	6 623	8 463	10 004	51,1%	18,2%	92,0%	91,1%	99,8%	10,9%	13,4%	13,7%
Interno	3 097	6 847	3 833	23,8%	-44,0%	43,0%	73,7%	38,2%	5,1%	10,9%	5,2%
Externo	3 526	1 615	6 171	75,0%	282,0%	49,0%	17,4%	61,6%	5,8%	2,6%	8,4%
Superávit Fiscal	560	0	17	-96,9%	-	7,8%	0,0%	0,2%	0,9%	0,0%	0,0%
Reserva do Tesouro	0	818	0	-	-100,0%	0,0%	8,8%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%
Total de Fontes de Recursos	7 202	9 292	10 023	39,2%	7,9%	100,0%	100,0%	100,0%	11,8%	14,7%	13,7%

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Entretanto, a dívida pública de Angola deverá aumentar em 2023, depois de ter mantido uma trajectória descendente nos dois anos anteriores. As estimativas actuais do governo apontam para que a dívida pública possa chegar aos 83,9% do PIB até Dezembro de 2023, enquanto a dívida governamental pode ficar nos 79,9% do PIB. Estes valores comparam com 69,9% e 65,8% do PIB, respectivamente, em 2022.

A dívida pública poderá aumentar para 83,9% do PIB em 2023

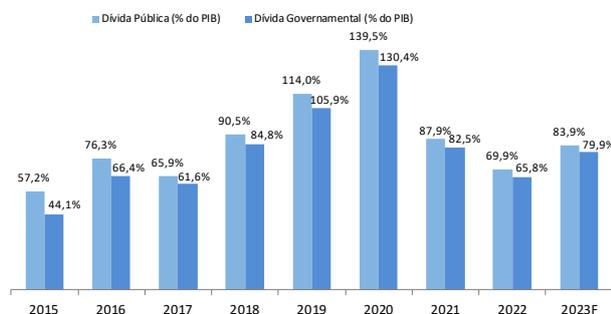
A estrutura da dívida de Angola caracteriza-se por uma elevada exposição às flutuações cambiais e das taxas de juro, particularmente no que diz respeito à dívida externa, uma vez que representa cerca de 70% do total da dívida pública. Os níveis da dívida pública agravaram-se este ano devido (1) a uma taxa de câmbio mais fraca, considerando a depreciação cambial entre meados de Maio e o final de Junho e (2) a um diferencial menos favorável entre a taxa de juro e o crescimento económico devido a um crescimento menos vigoroso do PIB (que foi revisto em baixa).

A dívida pública de Angola tem uma elevada exposição às flutuações cambiais e das taxas de juro

Os números preliminares de Setembro de 2023 mostraram que a dívida pública aumentou 54% em relação ao nível registado em Dezembro de 2022, passando de AKZ 32,3 biliões para AKZ 52,9 biliões no período. Este aumento resultou da forte depreciação da moeda angolana, uma vez que a dívida externa denominada em dólares diminuiu 3,8% para US\$ 46,4 mil milhões.

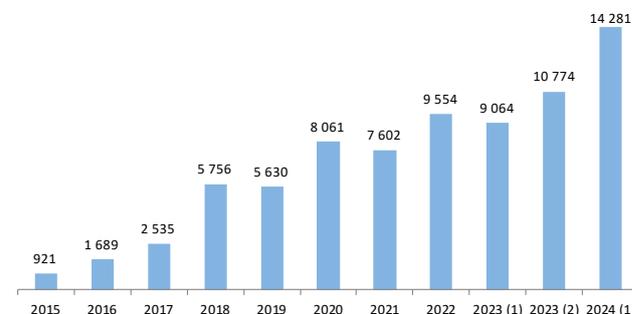
A dívida pública denominada em kwanzas aumentou face ao nível de Dezembro de 2022 devido à forte depreciação da moeda

DÍVIDA PÚBLICA E DÍVIDA GOVERNAMENTAL (% DO PIB)



Fonte: Autoridades Angolanas.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA (AKZ MIL MILHÕES)

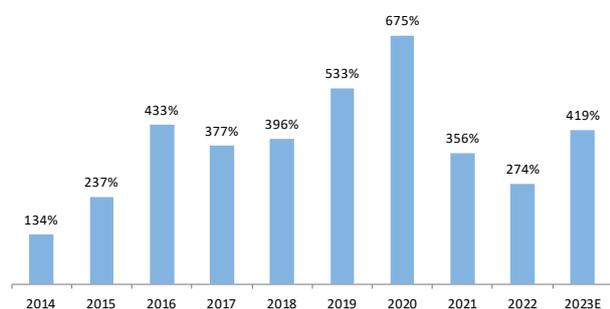


(1) OGE inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

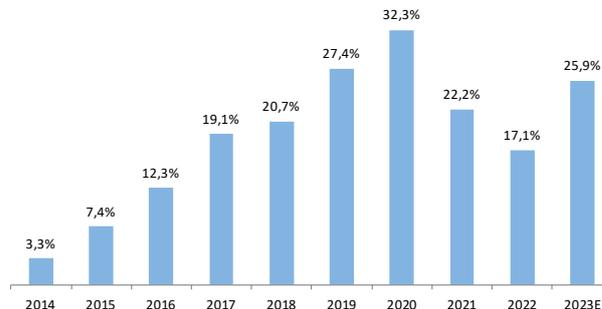
De notar ainda que o impacto causado pelo elevado nível da dívida pública de Angola nas contas públicas do governo voltou a deteriorar-se este ano, após uma melhoria registada em 2021-22. Por exemplo, de acordo com os nossos cálculos, o rácio dívida pública/receitas deverá aumentar para 419% em 2023, ficando bastante acima dos 274% registados em 2022. Recorde-se que este rácio atingiu 675% em 2020 e depois caiu para 356% em 2021. Além disso, o rácio entre

Algumas métricas mostram uma deterioração em termos do peso causado pelos níveis de dívida pública nas contas do governo em 2023 em

pagamentos de juros e receitas deverá aumentar para 25,9% em 2023, o que compara com 17,1% no ano anterior. *relação aos dois anos anteriores*

DÍVIDA PÚBLICA (% DAS RECEITAS)

Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

PAGAMENTO DE JUROS (% DAS RECEITAS)

Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

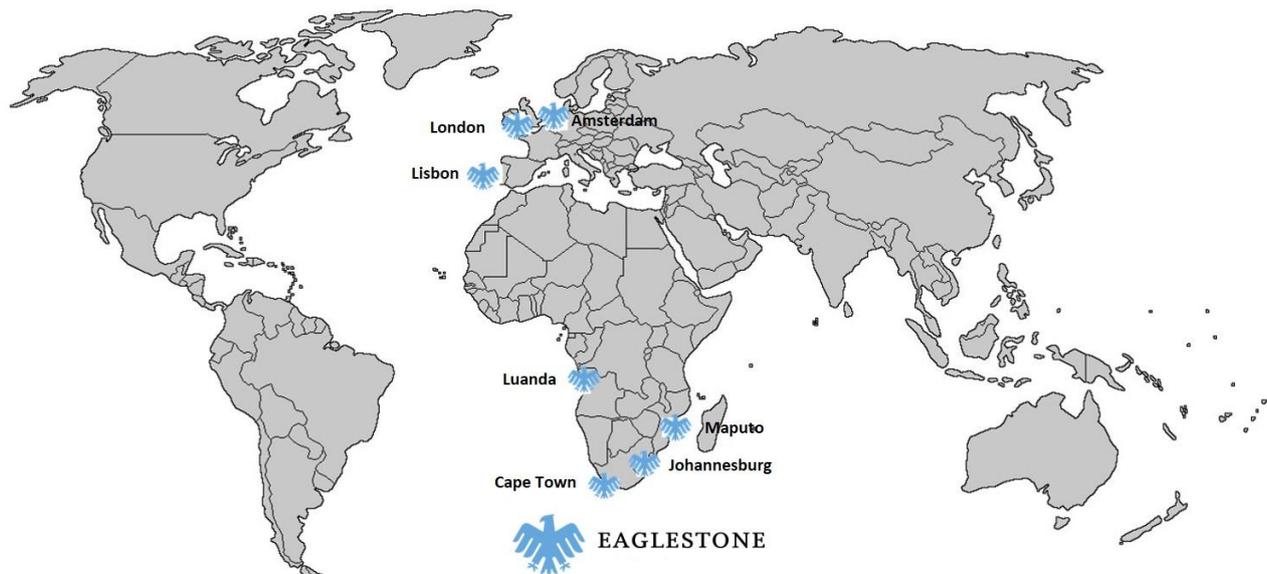
The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.



AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 2 Portman Street T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Gamal Abdel Nasser, Loanda Towers, Torre B 20º Escritório 1, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Rua Lucas Elias Kumato No. 283 - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Research

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu